

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 47/2020-PGJ, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020.

Acrescenta dispositivos ao Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, que dispõe sobre as atribuições dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento e das funções de confiança do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o disposto no artigo 4º, § 5º, da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar ao Anexo Único da Resolução nº 6/2012-PGJ, de 4 de abril de 2012, as atribuições dos cargos em comissão de chefia estabelecidas no Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 9 de dezembro de 2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

Anexo Único da Resolução nº 47/2020-PGJ, de 9 de dezembro de 2020.

CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE NÚCLEO	CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO TECNOLÓGICO	MPDS-107
SUBORDINAÇÃO: CHEFE DO DEPARTAMENTO ESPECIAL DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO (DAEX)		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
1. Proceder à análise de laudos, perícias e outras peças, realizados por outros órgãos, que envolvam conhecimentos técnicos de informática e tecnologia, quando solicitado pelos órgãos do Ministério Público. 2. Realizar perícias e vistorias, emitindo laudo técnico e/ou pareceres, quando requisitado pelos órgãos do Ministério Público. 3. Acompanhar as perícias e/ou vistorias realizadas pelos demais órgãos públicos, quando designado pelos órgãos do Ministério Público. 4. Atuar como Assistente Técnico do Ministério Público, em perícias judiciais, observadas as formalidades legais, bem como auxiliar na formulação de quesitos para perícias judiciais, quando solicitado por membros do Ministério Público. 5. Orientar os órgãos do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimentos técnicos, emitindo os respectivos pareceres, na área de formação profissional. 6. Realizar contato e intercâmbio com entidades públicas ou privadas que, direta ou indiretamente, se dediquem ao estudo ou à proteção dos bens, valores ou interesses, relacionados com a área de atuação. 7. Contribuir com o estudo de viabilidade técnica, a elaboração, a fiscalização e o acompanhamento de projetos tecnológicos do Ministério Público. 8. Auxiliar na fiscalização do cumprimento dos contratos administrativos, firmados pela Instituição de acordo com a formação acadêmica e capacitação técnica. 9. Fiscalizar a execução dos serviços técnicos correlatos com a formação acadêmica e profissional, o cumprimento de TACs, e a conformidade de projetos tecnológicos, procedendo, se necessário, à vistoria <i>in loco</i> . 10. Colaborar no assessoramento dos órgãos da instituição, quando solicitado, para dirimir dúvidas técnicas relacionadas com a respectiva área de formação acadêmica e capacitação técnica. 11. Pesquisar, auxiliar e prestar assessoramento para escolha, aquisição e desenvolvimento de ferramentas de <i>software</i> e <i>hardware</i> necessárias à execução das atribuições do DAEX. 12. Documentar a execução e os resultados das atividades executadas. 13. Executar todas as atividades sob supervisão da chefia imediata. 14. Exercer outras atividades que lhe forem designadas pela chefia imediata.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Curso superior completo, com habilitação específica compatível com o cargo.		



CARGO	FUNÇÃO	SÍMBOLO
CHEFE DE NÚCLEO	CHEFE DO NÚCLEO DE APOIO PERICIAL	MPDS-107
SUBORDINAÇÃO: CHEFE DO DEPARTAMENTO ESPECIAL DE APOIO ÀS ATIVIDADES DE EXECUÇÃO (DAEX)		
DETALHAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES		
1. Auxiliar a elaboração de exame e análise de laudos, perícias e outras peças, realizados por outros órgãos, que envolvam conhecimentos técnicos, quando solicitado pelos órgãos do Ministério Público. 2. Auxiliar a realização de perícias e/ou vistorias, emitindo laudo técnico e/ou pareceres, quando requisitado pelos órgãos do Ministério Público. 3. Auxiliar na realização de perícias e/ou vistorias pelos demais órgãos públicos, quando designado pelos órgãos do Ministério Público. 4. Colaborar na orientação dos órgãos do Ministério Público em procedimentos cujo objeto envolva conhecimentos técnicos, emitindo pareceres, na área de formação profissional. 5. Contribuir com o estudo de viabilidade técnica, a elaboração, a fiscalização e o acompanhamento de projetos ambientais, de ciências econômicas e contábeis, de construções, de reparos, de ampliações ou de reformas dos imóveis do Ministério Público ou daqueles por ele alugados. 6. Auxiliar na fiscalização do cumprimento dos contratos administrativos firmados pela Instituição, de acordo com a formação acadêmica e capacitação técnica. 7. Fiscalizar a execução dos serviços técnicos correlatos com a formação acadêmica e profissional, o cumprimento de TACs e de condicionantes de licenciamento ambiental, e a conformidade de execução de obras públicas, procedendo, se necessário, à vistoria <i>in loco</i> . 8. Acompanhar o departamento responsável pelas obras do Ministério Público, apresentando relatórios técnicos, quando designado. 9. Colaborar no assessoramento dos órgãos de licitação, quando solicitado, para dirimir dúvidas técnicas relacionadas com as respectivas áreas de formação acadêmica e capacitação técnica. 10. Executar todas as atividades sob supervisão de profissional com a habilitação técnica correspondente, pertencente ao quadro do DAEX. 11. Exercer outras atividades que lhe forem designadas pela chefia imediata.		
REQUISITOS PARA INVESTIDURA		
Curso superior completo, com habilitação específica compatível com o cargo.		

PORTARIA Nº 3946/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS Cel.: 98478-2062
14 (18h01min) a 19.12.2020 (7h59min)	Miguel Vieira da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS Cel.: 98478-2062
14 (18h01min) a 18.12.2020 (11h59min)	Irma Vieira de Santana e Anzoategui

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3957/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 4.12.2020, o 1º período de férias do Procurador de Justiça Alexandre Lima Raslan, concedidas por meio da Portaria nº 2285/2020-PGJ, de 30.6.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3981/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, compensação de plantão ao Procurador de Justiça abaixo nominado, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Olavo Monteiro Mascarenhas	30	19.11 a 18.12.2020

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3862/2020-PGJ, DE 4.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fernando Jamusse 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 14 e 15.12.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3863/2020-PGJ, DE 4.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 2 (dois) dias de compensação por sua atuação perante a 1ª e a 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande em regime de mutirão, nos dias 4 e 11.2.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos do § 2º do artigo 2º da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3864/2020-PGJ, DE 4.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 16 e 17.3.2019 e 10 e 11.8.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3865/2020-PGJ, DE 4.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 3, 5, 21, 24 e 26.8.2019, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 21 e 22.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3867/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 12 a 19.11.2018, a serem usufruídos nos dias 28 e 29.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3868/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 13.10.2019 e 28.3.2020, a serem usufruídos nos dias 22 e 23.4.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3869/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 4 e 5.4 e 1º, 2 e 3.5.2020, a serem usufruídos no período de 11 a 15.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3871/2020-PGJ, DE 8.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 10 a 17.2.2020, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3873/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 1º a 8.4.2019 e no dia 7.1.2020, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3874/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 3.2, 9 e 10.3, 13 e 14.4 e 1º.5.2019, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 21 e 22.1 e 27 e 28.5.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3875/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 3 e 4.10.2020, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3876/2020-PGJ, DE 8.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 2 (dois) dias de compensação por ter coadjuvado perante a 13ª Zona Eleitoral nas eleições de 2020, no dia 15.11.2020, a serem usufruídos nos dias 11 e 12.1.2021, nos termos do artigo 98 da Lei nº 9.504, de 30.9.1997.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3877/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 17 a 24.6.2020, a serem usufruídos nos dias 4 e 5.2.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3879/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 26.11 a 3.12.2018 e 20 a 27.5.2019, a serem usufruídos nos dias 18, 19 e 20.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3880/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2001, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3952/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 17 a 27.2, 23 a 30.3 e 18 a 25.5.2020, a serem usufruídos no período de 11 a 15.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3882/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Daniel do Nascimento Britto 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2018 a 6 de janeiro de 2019, por ter atuado no período de 20 a 28.12.2018, a serem usufruídos no período de 18 a 22.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3884/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2016 a 6 de janeiro de 2017, por ter atuado no período de 30.12.2016 a 6.1.2017, a serem usufruídos no período de 25 a 29.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3885/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Benito Crepaldi 12 (doze) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos no período de 25.1 a 5.2.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3899/2020-PGJ, DE 8.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 27.1 a 3.2.2020, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3886/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 5 (cinco) dias de férias compensatórias, sendo 2 (dois) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1994 e 3 (três) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1996, a serem usufruídos no período de 11 a 15.1.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3888/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 21 a 28.1.2019, a serem usufruídos nos dias 18 e 19.2.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3895/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 15 a 18.11.2018 e nos dias 16 e 17.2.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 3896/2020-PGJ, DE 8.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Oscar de Almeida Bessa Filho 4 (quatro) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 23 e 24.5.2020 e 4 e 5.7.2020, a serem usufruídos nos dias 7, 8, 21 e 22.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3897/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Pedro de Oliveira Magalhães 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 19 e 20.5.2018, a ser usufruído no dia 15.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3898/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Plínio Alessi Junior 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 18 a 24.6.2019 e 5 a 13.10.2020, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3900/2020-PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 23 e 24.3.2019, a serem usufruídos nos dias 7 e 8.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-514/2020/PGJ, DE 8.12.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2020/2021, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.1.2021 e 22 a 31.3.2021, e a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e dos artigos 11, §§ 1º e 2º, e 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009, e, ainda, do artigo 1º da Resolução nº 6/2015-CPJ, de 25.6.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-513/2020/PGJ, DE 8.12.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 51º Promotor de Justiça de Campo Grande, Wilson Canci Junior, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 20ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, nos períodos de 11 a 20.1.2021 e 22 a 31.3.2021, em razão de férias do Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 3964/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 161/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/3038/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3965/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/2854/2020, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Lourdes Paim de Moraes, Chefe do Departamento de Pagamento de Pessoal; 2) Fiscal – Ariele Aurora Almeida Moreira da Rosa, Técnica II; 2.1) Suplente – Janaina Ferreira Domingos, Técnica I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3966/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 167/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/3101/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3967/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 166/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/3102/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3968/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 176/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Marcos Antônio Nascimento de Azevedo, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia Civil (Processo PGJ/10/4893/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA N° 3969/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 164/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Renato Boggi Rodrigues, Chefe do Departamento de Engenharia (Processo PGJ/10/3047/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3970/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 156/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Diretora da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativa – Rubia Mara Mayume Suetake, Técnica II; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar;; 3) Fiscal Técnica – Thaís da Silva Rodrigues, Chefe do Núcleo de Projetos; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/3020/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3971/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 171/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Fabiane Barbosa da Silva, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Cristiano Lopes Baes, Técnico II (Processo PGJ/10/3137/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3972/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo PGJ/10/3180/2020, conforme segue: 1) Gestor da STI – Frederick Werner Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 1.1) Suplente – Daniel Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento; 2) Fiscal Técnico da STI – José Pereira de Viveiros Filho, Assessor Técnico em Desenvolvimento; 2.1) Suplente – Anderson Brandão Batistoti, Chefe de Setor de Administração de Banco de Dados; 3) Gestor Operacional – Nadson Soares de Oliveira, Chefe do Departamento Especial de Apoio às Atividades de Execução; 3.1) Suplente – Farley Leles Froes Medeiros, Chefe do Núcleo do Corpo Técnico de Meio Ambiente; 4) Fiscal Operacional – Luciana Aguiar Rivas Cavassa, Chefe do Núcleo do Corpo Técnico de Contabilidade; 4.1) Suplente – Jean Claud Borges Maciel Pinheiro, Chefe do Núcleo do Corpo Técnico de Engenharia e Arquitetura.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3973/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 172/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/3014/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3974/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 180/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/3058/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 3975/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 173/PGJ/2020, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Renata Caroline Pereira de Macedo, Chefe do Departamento de Material e Patrimônio; 1.1) Suplente – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Cristiano Lopes Baes, Técnico II; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte (Processo PGJ/10/3007/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 3773/2020-PGJ, DE 27.11.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias das servidoras do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Espindola Cardoso	2018/2019	9 a 18.12.2019	10 a 19.11.2020		14 a 23.6.2019

PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Dálete de Oliveira Cáceres	2018/2019	8 a 17.1.2020	16 a 25.11.2020		12 a 21.8.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Liza Lacerda de Barros Rocha	2017/2018	22 a 31.1.2020	9 a 18.12.2020		7 a 16.1.2020

Passe a constar:

PORTARIA Nº 1615/2019-PGJ					
SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Priscilla Espindola Cardoso	2018/2019	9 a 18.12.2019	26.10 a 4.11.2020		14 a 23.6.2019



PORTARIA Nº 2460/2019-PGJ					
SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Dálete de Oliveira Cáceres	2018/2019	8 a 17.1.2020	5 a 14.7.2021		12 a 21.8.2019

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDORA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Liza Lacerda de Barros Rocha	2017/2018	22 a 31.1.2020	11 a 20.1.2021		7 a 16.1.2020

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3916/2020-PGJ, DE 8.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Auriely Ramirez Abadie	2019/2020	9 a 18.12.2020	24.5 a 2.6.2021		13 a 22.1.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marluci Dutra da Silva	2018/2019	9 a 18.3.2020	15.3 a 3.4.2021		

PORTARIA Nº 2180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Christiane de Oliveira Landgraf Pinto	2017/2018	20 a 29.7.2020	13 a 22.10.2020		8 a 17.9.2020

PORTARIA Nº 2480/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Souza Diniz	2019/2020	18 a 27.1.2021	5 a 14.7.2021		18 a 27.8.2020

PORTARIA Nº 2682/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucas Cavassa Batista	2019/2020	22.9 a 1º.10.2020	2 a 11.2.2021		11 a 20.9.2020

Passe a constar:



PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Auriely Ramirez Abadie	2019/2020	9 a 18.12.2020	22.2 a 3.3.2021		13 a 22.1.2020

PORTARIA Nº 852/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Marluci Dutra da Silva	2018/2019	9 a 18.3.2020	23.3 a 11.4.2021		

PORTARIA Nº 2180/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Christiane de Oliveira Landgraf Pinto	2017/2018	20 a 29.7.2020	27.1 a 5.2.2021		8 a 17.9.2020

PORTARIA Nº 2480/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cristiane Souza Diniz	2019/2020	5 a 14.4.2021	5 a 14.7.2021		18 a 27.8.2020

PORTARIA Nº 2682/2020-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Lucas Cavassa Batista	2019/2020	22.9 a 1º.10.2020	11 a 20.1.2021		11 a 20.9.2020

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3917/2020-PGJ, DE 8.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 6.11.2020, as férias da servidora Aline de Souza Finamor, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 22 a 28.4.2021.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3918/2020-PGJ, DE 8.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Camila Mara Machado, de forma que, onde consta: “de 9 a 13.12.2020”, passe a constar: “de 23 a 26.2.2021”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3919/2020-PGJ, DE 8.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 26.11.2020, as férias do servidor Leonardo Martins Regis, concedidas por meio da Portaria nº 3545/2019-PGJ, de 25.9.2019, e suas modificações, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 16.9.2021.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3926/2020-PGJ, DE 9.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, e suas modificações, na parte que concedeu férias à servidora Rebeca Murano Borges, de forma que, onde consta: “de 1º a 4.12.2020”, passe a constar: “de 1º a 4.2.2021”, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3927/2020-PGJ, DE 9.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Érica Maylane Rigo Borges, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã, no período de 9 a 18.12.2020, em razão de férias da servidora Sílvia Maria Olívia Ghinozzi.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3928/2020-PGJ, DE 9.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 5ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Criminal da referida Comarca, no período de 20.11 a 18.12.2020, em razão de férias da servidora Juliana Giovani de Souza Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 3929/2020-PGJ, DE 9.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Daniel Fernando Tiburcio, ocupante do cargo em comissão de Chefe da Divisão de Elaboração e Gestão de Projetos e de Capacitação de Recursos, símbolo MPDS-105, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Planejamento e Gestão por Processos, no período de 9 a 18.12.2020, em razão de férias do titular, Reginaldo de Oliveira Vilanova.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3958/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sandra Maria Albino de Souza Garcia, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Paranaíba, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca, no período de 30.11 a 9.12.2020, em razão das férias da servidora Fernanda Fabrini Silva.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3959/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rodrigo Peixoto Santos Garcia, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Itaquiraí, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da comarca de Naviraí, no período de 9 a 18.12.2020, em razão das férias da servidora Maria Rosa Ferreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 3960/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Leonardo de Almeida Campos, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Ponta Porã e designado para, com prejuízo de suas funções, prestar serviços na 13ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça da Capital, no dia 8.12.2020, em razão de licença compensatória referente a feriado forense, e no período de 9 a 18.12.2020, em razão de férias do servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 3961/2020-PGJ, DE 11.12.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Guilherme Ken It de Campos Kikuchi, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 15ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 7 a 16.1.2021, em razão de férias do servidor Guilherme de Souza Bonifácio.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 3962/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaís da Silva Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Projetos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia, no período de 8 a 11.12.2020 em razão de afastamento do servidor Renato Boggi Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 3963/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5 de maio de 2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Patricia Alves Coutinho Lacerda, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 22ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 9 a 18.12.2020, em razão férias do servidor Daniel Francisco Mercado Dantas.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 3980/2020-PGJ, DE 11.12.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Bruno Dantas Sanchez, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Manutenção e Suporte, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia, no período de 14 a 16.12.2020, em razão de afastamento do titular, Renato Boggi Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL****EXTRATO DO TERMO DE DOAÇÃO DE BENS MÓVEIS Nº 37/2020**

Processo: PGJ/10/2705/2020

Partes:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Promotora de Justiça e Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, representada por seu Diretor-Presidente, Jorge Oliveira Martins.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ.

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social.

Data da assinatura: 4 de novembro de 2020.

Itens doados:

Nº DE ORDEM	DESCRIÇÃO DO BEM	QUANTIDADE
01	Aparelho telefônico	20
02	Impressora	05
03	Monitor de vídeo	10
04	Microcomputador	10
05	Aparelho de fax	01
06	Scanner	01
	TOTAL DE ITENS	47

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000480 DE 10.12.2020 DO PROCESSO PGJ/10/3291/2020**

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 1.782,00 (um mil setecentos e oitenta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000480 de 10.12.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000481 DE 10.12.2020 DO PROCESSO PGJ/10/3291/2020**

Credor: A.R. DE OLIVEIRA – DIVISÓRIAS.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Eletrônico nº 06/PGJ/2020 – Ata Registro de Preços nº 09/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de material permanente (persianas) e serviços de instalação para atender este Ministério Público Estadual.

Valor: R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000481 de 10.12.2020, Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 106/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/3518/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BRILHAR SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI**, representada por **Andre Alves Pereira**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 43/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, e artigo 65, §8º, ambos da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogar a vigência contratual**, por mais 12 (doze) meses, e **reajustar o valor contratado**, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Valor anual da contratação: R\$ 323.292,84 (trezentos e vinte e três mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Vigência: 17.12.2020 a 17.12.2021.

Data de assinatura: 9 de dezembro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 196/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/3271/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 32/PGJ/2020 - Pregão Eletrônico nº 30/PGJ/2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado, tipo split (*inverter* e convencional), serviços de instalação, execução de tubulação e bombas para remoção de condensado, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor contratual total: R\$ 3.510,00 (três mil quinhentos e dez reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE000478 e 2020NE000479, ambas de 09.12.2020.

Vigência: 11.12.2020 a 11.12.2021.

Data de assinatura: 11 de dezembro de 2020.



EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E INTENÇÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE

Intimada: EVOQUE LOGÍSTICA E CONSTRUÇÕES EIRELI

Processo nº PGJ/10/0434/2020

Ata de Registro de Preços: 50/PGJ/2019

Finalidade: NOTIFICAÇÃO da empresa **Evoque Logística e Construções Eireli**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.778.795/0001-80, com sede na Rua Jacob Ferrarini, 225, Casa Fundos, Jardim Gracioso, neste ato representada por Larissa de Oliveira Alves, portador da cédula de Identidade RG nº 12.385.450-0 SESP-PR e do CPF/MF nº 112.780.009-41, da instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e da intenção de aplicação de penalidade, de acordo com o art. 87 da Lei nº 8.666/93, referente à Nota de Empenho 2020NE000389, tendo em vista o contido nos autos do Processo Administrativo nº **PGJ/10/0434/2020**, pelo descumprimento das obrigações legais e contratuais, conforme descrito abaixo:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções: [...] II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

2. Dos fatos que levaram a instauração do procedimento:

Em **24.01.2020**, foi emitida a Nota de Empenho.

Em **04.02.2020**, foi recebido comprovante de entrega da nota de empenho com prazo de 10 dias.

Em **03.03.2020**, a empresa efetuou a entrega. Ultrapassou o prazo de entrega em 5 dias.

Em **11.03.2020**, foi efetuado o pagamento da nota fiscal n. 384

Em **16.03.2020**, a empresa foi informada por e-mail que o material entregue estava em desacordo com a especificação do item registrado na ARP.

Em **17.03.2020**, a empresa reconhece o equívoco e declara que substituirá o material.

Em **28.04.2020**, a empresa informa que não conseguiu fazer a substituição do material junto ao fornecedor que está com as atividades suspensas em razão do COVID-19.

Em **04.09.2020**, depois de diversos contatos via mensagem e por telefone nos meses de maio, junho e julho, a empresa informa que não tem previsão de quando irá efetuar a entrega do material.

Em **21.09.2020**, foi emitida notificação para ciência da aplicação de sanção de advertência por descumprimento da ARP nº 50/PGJ/2019.

Em **23.10.2020**, foi proferida decisão de intenção de aplicação de penalidade de multa por inexecução total do objeto, de cancelamento do registro e de representação à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público para apuração da conduta da empresa, eventual configura o delito previsto no art. 96, inciso III da Lei nº 8.666, de 1993.

3. Diante do exposto, nos termos da Lei nº 8.666/1993, para que a sua empresa possa exercer os direitos constitucionais de contraditório e ampla defesa, NOTIFICAMOS V. S^a para apresentar **DEFESA PRÉVIA ESCRITA** relativa aos fatos acima narrados em até **05 (cinco) dias úteis** da publicação desta, sob pena de aplicação da sanção prevista no dispositivo acima citado, podendo resultar na aplicação de multa no valor de **R\$ 1.549,80** (um mil e quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos), no cancelamento do registro e em representação à Promotoria de Justiça do Patrimônio Público.

4. A defesa escrita poderá ser encaminhada por e-mail e/ou protocolado junto a esta Instituição, sob pena de a defesa ser considerada intempestiva. O documento deverá ser encaminhado ao seguinte endereço:

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul

Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Edifício Procurador de Justiça Fadel Tajher Iunes, Jardim Veraneio - CEP 79031-907 - Campo Grande - MS

5. O processo será impulsionado de ofício independentemente de apresentação de Defesa, art. 2, XII, da Lei 9.784/1999.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****COXIM****EDITAL Nº 0038/2020/01PJ/CXM**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC nº 0006/2020/01PJ/CXM nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00000832-2, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, neste município.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000832-2

Compromitente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Compromissário: Câmara Municipal de Coxim

Objeto: Regularizar as despesas de publicidade da Câmara Municipal de Coxim e fixar na razão de um determinado percentual das dotações orçamentárias do órgão.

Conteúdo do TAC: “O Compromissário se obriga a não gastar valores exorbitantes a título de publicidade institucional e, como limite anual máximo para as despesas com publicidade, fixa o valor de 6,5% (seis e meio por cento) da soma das 12 dotações mensais. A multa pactuada não incidirá em relação ao somatório das despesas de publicidade realizadas até 31 de dezembro de 2020. Fica a Câmara Municipal de Coxim obrigada a prestar contas dos gastos com eventos e publicidade, devendo divulgar em seu sítio de transparência os sites, rádios jornais e demais empresas que promoveram a divulgação das campanhas publicitárias por encomenda da agência de propaganda. Se obriga ainda a divulgar todas as campanhas publicitárias contratadas também em sua própria página eletrônica institucional e sempre que possível, nas campanhas de publicidade, deverá determinar que seja inserido “link” que permita o acesso dos interessados à página institucional da Câmara Municipal de Coxim. A Câmara Municipal de Coxim exigirá, por meio de ato normativo, que a agência de propaganda somente realize publicações em sites, jornais ou rádios com razoável audiência e visibilidade no município de Coxim, fazendo-o sempre de forma motivada. A Câmara Municipal de Coxim se obriga a regulamentar internamente, mediante lei ou resolução normativa, o cumprimento do presente TAC, para ampliar a esfera de proteção normativa das obrigações ora adotadas. O descumprimento do limite de gastos sujeitará o Compromissário ao pagamento de multa sancionatória correspondente ao valor de 6,5% de sua dotação anual. O descumprimento das demais cláusulas sujeitará o Compromissário ao pagamento de multa sancionatória correspondente ao valor de 200 (duzentos) UFERMS, por cada uma das obrigações inadimplidas, incidindo ainda, cumulativamente, em relação a cada obrigação não cumprida, a multa moratória de 100 (cem) UFERMS, por mês de atraso. As multas deverão ser pagas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da ciência da notificação expedida pela Promotoria de Justiça, ao final do qual serão acrescidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da correção monetária. As multas pactuadas deverão ser recolhidas ao Fundo Municipal do Idoso da Cidade de Coxim/MS. A aplicação da multa não exclui a possibilidade de propositura de Ação Civil pelo Ministério Público Estadual na hipótese de descumprimento total ou parcial do presente ajuste, ou se este, em razão de outras circunstâncias, vier a revelar-se inadequado ou insuficiente para a efetiva proteção do patrimônio público e social. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta ensejará, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, bem como outras providências administrativas, penais e cíveis cabíveis;

Data de celebração do TAC: 04 de dezembro de 2020

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça



COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

INOCÊNCIA

EDITAL N. 22/2020

A Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que está à disposição de quem possa interessar na Av. Albertina Garcia Dias, n.º 377, Jardim Bom Jesus – Edifício do Fórum e no seguinte endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00003907-0

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Gustavo Felício Liedtke

Assunto: Fiscalizar o cumprimento das obrigações dispostas no Termo de Ajustamento de Conduta firmado no bojo do Inquérito Civil nº 06.2019.00000889-9.

Inocência-MS, 9 de dezembro de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO

Promotor de Justiça em substituição legal

NIOAQUE

EDITAL Nº 0001/2020/PJ/NOQ

EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

A Promotoria de Justiça de Nioaque faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 0001/2020/PJ/NOQ, referente aos documentos da Promotoria de Justiça de Nioaque, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à Promotoria de Justiça de Nioaque até o dia 17/12/2020.

Nioaque/MS, 11 de dezembro de 2020

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 0001/2020/PJ/NOQ

PROVENIÊNCIA – (órgão produtor)	PROCEDÊNCIA – (órgão responsável pelo arquivamento)		
Órgão / Setor: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NIOAQUE	Órgão / Setor PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NIOAQUE		
TIPO DOCUMENTAL	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMATIVO			
Classe/Subclasse 200.019/020/021/022/023/026/027/063/064/065/066 - Procedimento administrativo 012/2005; 018/2005; 002/2008; 011/2005; 042/2005; 007/2005; 045/2005; 044/2005; 049/2005; 007/2006; 001/2006; 004/2006; 003/2008; 033/2005; 008/2002; 041/2005; 036/2005; 034/2005; 046/2005; 002/2006; 013/2002; 037/2005; 040/2005; 038/2005; 003/2007; 005/2008; 002/2004; 006/2008; 029/2005; 004/2007; 004/2008; 001/2007; 005/2006; 006/2006; 007/2004; 013/2005; 014/2005; 006/2005; 028/2005; 047/2005; 039/2005; 043/2005; 002/2002; 032/2005; 015/2005; 025/2005; 024/2005; 050/2005; 048/2005; 020/2005; 003/1995; 004/1997; 002/1995; 010/2002; 001/2005; 008/2005; 023/2005; 026/2005; 001/2002; 009/2002; 001/2001; 004/2005; 005/2005; 010/2005; 017/2005; 006/2004; 004/2004; 005/2004; 003/2004; 027/2005; 001/2003; 035/2005; 002/2005; 022/2005; 021/2005; 012/2005; 013/2016; 010/2015; 007/2016; 008/2016; 016/2016;	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1995	2017



<p>002/2016; 015/2016; 005/2016; 014/2015; 004/2014; 019/2015; 002/2013; 015/2015; 008/2015; 017/2015; 002/2014; 007/2014; 006/2014; 001/2013; 010/2016; 006/2016; 018/2015; 001/2014; 003/2015; 001/2015; 006/2015; 020/2015; 009/2016; 004/2015; 011/2016; 011/2015; Procedimento administrativo eleitoral 001/2012.</p> <p>Procedimento preparatório 020/2012; 022/2012; 020/2013; 009/2013; 004/2012; 002/2012; 002/2009; 013/2008; 027/2013; 019/2013; 005/2014; 023/2013; 009/2015; 022/2013; 056/2013; 006/2014; 010/2013; 028/2013; 019/2014; 002/2015; 021/2012; 007/2015; 006/2015; 011/2015; 012/2015; 021/2013; 007/2003; 014/2003; 001/2010; 004/2010; 007/2010; 008/1999; 009/1999; 006/2001; 006/2003; 012/2003; 001/2004; 005/2003; 008/2003; 010/2003; 009/2003; 004/2003; 011/2003; 003/2003; 016/2002; 022/2000; 016/2000; 020/2000; 011/1999; 018/2000; 019/2000; 012/2001; 001/2001; 012/200; 011/2000; 017/2000; 2010 – Sindicância administrativa Hélio Pereira de Deus; Transporte escolar irregular 2009.</p> <p>Inquérito civil 009/2012; 010/2011; 010/2012; 013/2012; 009/2013; 009/2011; 011/2013; 007/2012; 007/2008; 004/2013; 011/2011; 002/2008; 023/2012; 014/2012; 008/2011; 014/2011; 013/2012; 012/2013; 005/2008; 018/2009; 007/2011; 011/2007; 006/2010; 018/2002; 003/2003; 007/2001; 005/2001; 006/2005; 006/2011; 027/2009; 003/2011; 001/2011; 037/2009; 005/2011; 041/2009; 024/2009; 010/2008; 001/2009; 006/2008; 004/2003; 001/2007; 006/2007; 002/2007; 048/2009; 006/2001; 002/2003; 011/2002; 019/2002; 001/2005; 020/2002; 002/2001; 014/2002; 003/2001; 007/1999; 004/1998; 003/1998; 005/1997; 005/2003; 014/2001; 010/2001; 017/2002; 004/2002; 011/2001; 005/2002; 008/2002; 007/2002; 009/2002; 012/2002; 008/2001; 009/2001; 010/2002; 013/2002; 001/2004; 001/2001; 006/1999; 013/2001; 004/2001; 045/2009; 040/2009; 043/2009; 005/2010; 026/2009; 003/2008; 029/2009; 012/2008; 006/2013; 003/2014; 018/2013; 002/2014; 013/2015; 047/2009; 002/2012; 001/2013; 008/2013; 017/2013; 019/2013; 042/2009; 008/2007; 002/2010; 028/2009; 014/2009; 009/2007; 007/2007; 021/2009; 016/2011; 001/2008; 033/2009; 013/2009; 010/2009; 008/2008; 011/2008; 044/2009; 050/2009; 023/2013; 018/2011; 017/2011; 023/2009; 011/2009; 003/2007; 031/2009; 005/2012; 012/2009; 014/2008; 034/2009; 046/2009; 010/2007; 016/2013; 016/2009; 039/2009; 030/2009; 032/2009; 009/2009; 007/2005; 011/2012; 012/2014; 015/2012; 028/2013; 004/2009; 004/2011; 015/2013; 003/2012; 004/2008; 049/2009; 005/2009; 017/2012; 014/2014; 025/2009; 017/2014; 004/2014; 003/2013; 012/2011; 012/2007 003/2010; 011/2014; 018/2012; 021/2013; 005/2014; 006/2012; 019/2012; 016/2012; 001/2015; 006/2016; 015/2011; 015/2015.</p>			
<p>Classe/Subclasse 200.050 – Notícia de fato 001/2012; 030/2013; 037/2013; 012/2013; 004/2012; 013/2012; 019/2012; 030/2014; 047/2014; 045/2014; 046/2014; 048/2014; 044/2014; 042/2014; 043/2014; 051/2014; 052/2014; 049/2014; 050/2014; 054/2014; 053/2014; 025/2014; 055/2014; 029/2014; 035/2014; 041/2014; 039/2014; 036/2014; 034/2014; 026/2014; 027/2014; 033/2014; 037/2014; 059/2015; 058/2015; 004/2016; 015/2015; 003/2016; 002/2016; 017/2015; 025/2015; 014/2015; 016/2015; 020/2015; 024/2015; 023/2015; 021/2015; 019/2015; 022/2015; 018/2015; 032/2014; 031/2014; 007/2015; 006/2015; 001/2015; 004/2015; 005/2015; 028/2014; 024/2014; 038/2014; 029/2014; 052/2013; 041/2013; 029/2013; 036/2013; 028/2013; 035/2013; 032/2013; 040/2013; 050/2013; 044/2013; 048/2013; 045/2013; 065/2013; 076/2013; 080/2013; 087/2013; 077/2013; 064/2013; 026/2013; 022/2013; 024/2013; 025/2013; 025/2012; 024/2012; 029/2012; 027/2012; 015/2012; 012/2012; 079/2013; 075/2013; 074/2013; 073/2013; 084/2013; 026/2012; 028/2012; 014/2012; 030/2012; 023/2012; 033/2013; 046/2013; 034/2013; 038/2013; 042/2013; 043/2013; 005/2014; 004/2014; 003/2014; 002/2014; 095/2013; 094/2013; 092/2013; 091/2013; 009/2014; 017/2012; 022/2012; 016/2012; 009/2013; 019/2013; 047/2013; 015/2013; 013/2013; 007/2013; 016/2013; 006/2013; 014/2013; 018/2013; 011/2013; 010/2013; 027/2013; 023/2013; 020/2013; 031/2013; 021/2013; 039/2013; 085/2013; 086/2013; 089/2013; 049/2013; 055/2013; 020/2012; 031/2012; 034/2012; 032/2012; 033/2012; 093/2013; 050/2015; 052/2015; 005/2013; 002/2013; 006/2014; 007/2014; 010/2014; 006/2014; 020/2014; 003/2012; 002/2012; 001/2013; 008/2012; 006/2012; 054/2013; 052/2013; 010/2012; 058/2013;</p>	<p>Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.</p>	<p>2012</p>	<p>2017</p>

056/2013; 067/2013; 059/2013; 061/2013; 057/2013; 060/2013; 066/2013; 069/2013; 062/2013; 022/2014; 021/2014; 017/2014; 011/2014; 013/2014; 016/2014; 001/2014; 090/2013; 019/2014; 018/2014; 012/2014; 015/2014; 014/2014; 036/2015; 045/2015; 051/2015; 043/2015; 039/2015; 041/2015; 029/2015; 028/2015; 034/2015; 030/2015; 035/2015; 009/2015; 008/2015; 027/2015; 026/2015; 010/2015; 011/2015; 012/2015; 013/2015; 053/2015; 053/2013; 070/2013; 071/2013; 003/2015; 057/2014; 056/2014; 058/2014; 002/2015; 021/2016; 027/2016; 026/2016; 020/2016; 037/2016; 040/2016; 041/2016; 008/2016; 014/2016; 015/2016; 012/2016; 011/2016; 007/2016; 013/2016; 049/2015; 083/2013; 003/2013; 063/2013; 053/2016; 056/2016; 047/2016; 052/2016; 051/2016; 049/2016; Notícia de fato eleitoral 001/2016.			
Classe/Subclasse 000.003 Ofícios recebidos 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2018
Classe/Subclasse 200.005 Controle de cargas 2011 Devolução de cargas 2013, 2014, 2016, 2017 Recebimento de cargas 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2018
Classe/Subclasse 200.009 Carta precatória 002/2006; 001/2015.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2006	2015
Classe/Subclasse Relatório de vistoria do transporte escolar – 1º semestre 2011	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2011
Classe/Subclasse 000.002 Ofícios expedidos 2002, 2003, 2015, 2016, 2017.	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2002	2017
Classe/Subclasse 200.056 Termos de oitivas de adolescentes 2007 a 2018	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2007	2018
Classe/Subclasse 200.004 Termos de declarações 2012, 2015, 2016, 2017	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2017
Classe/Subclasse 200.047 Relatórios de visitas casa de acolhimento - 2013 a 2017	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2013	2017
Classe/Subclasse 200.014 Relatórios de visitas Cadeia Pública 2014 a 2017	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2014	2017
Classe/Subclasse 000.001 Controle de correspondências enviadas 2015 a 2017	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2015	2017
Classe/Subclasse 200.017 Termos de ajustamento de conduta 2009, 2010, 2013, 2014, 2015, 2016	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2009	2016
Classe/Subclasse 200.001 Atas de reuniões 2004, 2009 a 2014	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2004	2014
Classe/Subclasse 200.013 Plantão – Atendimentos e ocorrências - 2012 a 2014	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2014
Classe/Subclasse 200.018 Portarias de inquérito civil – 2009 a 2012	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2009	2012
Classe/Subclasse 200.024/034/075 Promoção de arquivamento - 2009 a 2011	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2009	2011
Classe/Subclasse 200.015 Flagrantes 2018	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2018	2018
Classe/Subclasse 200.035 Representação criminal 014/2000	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2000	2000
Classe/Subclasse 200.051 Interceptações telefônicas - 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2017



Classe/Subclasse 200.013 Petição inicial 2012	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2012
Atas das sessões do júri - 2010, 2011, 2013, 2015, 2016	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2016
Relatórios administrativos da promotoria – 2010 a 2017	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2010	2017
Providências tomadas – 2014 a 2015	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2014	2015
Peticionamento inicial – Primeiro grau – 30/10/2011 a 09/12/2015	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2011	2015
Atendimento ao público – Abril de 2015 a outubro de 2016	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2015	2016
Ouvidoria despacho – 2009	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2009	2009
Ouvidoria – Recebidos e respondidos 2016	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2016	2016
Legislação da procuradoria geral de justiça	Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.		
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Ruth Dayana da Rosa Vera – Técnico II Data do preenchimento: 10/12/2020			